

TERRITÓRIO: LUTA PRIORITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DE GILU, ITACURUBA, PERNAMBUCO, BRASIL

Cleice Onária dos Santos *
Soneide Maria dos Santos*
Sônia dos Santos*
Clésio Jonas de Oliveira da Silva **
Edivânia Granja da Silva Oliveira **

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma abordagem sobre Território com destaque para a importância fundamental para a nossa Comunidade Quilombola Negros de Gilu, localizada no município de Itacuruba, no Estado de Pernambuco. Apresenta aspectos relevantes sobre o tema, relata a nossa história de vida, desde a ancestralidade aos movimentos de lutas. Tendo como objetivo demonstrar a importância do território para o Povo, envolvendo questões como a ancestralidade, história, cultura, religiosidade, afirmação identitária e o papel essencial da educação para a nossa comunidade. Somos um segmento tradicional, denominados como quilombolas, descendentes de pessoas que foram escravizadas e que possuem relações com a ancestralidade e o território, tendo o seu próprio jeito de ser e viver. A maior luta da comunidade quilombola é pela aquisição do território, que possibilita o fortalecimento dos laços de irmandade e coletividade, porém enfrentamos várias dificuldades para conquistar este direito, por que as políticas públicas não são efetivadas em sua totalidade, prejudicando assim a organização das comunidades tradicionais/quilombolas. Buscamos fazer reflexões sobre a questão territorial, abrangendo os problemas que a falta de território causa em vários âmbitos na vida dos membros Gilus, enfatizando que esta problemática ocorre desde o período colonial, com a implantação do sistema escravocrata, com milhares de africanos transplantados para o Brasil de forma compulsória. Assim, nossos antepassados sempre foram considerados inferiores e sem direitos, que só serviam para a mão de obra escrava. Mesmo com a abolição da escravatura em fins do século XIX, os descendentes de escravos continuaram sendo marginalizados, discriminados e sofrendo todos os tipos de racismo até os dias atuais.

Palavras-chave: Territorialidade, Quilombo, Identidade.

ABSTRACT

This work deals with an approach on Territory with emphasis on the fundamental importance for our Community Quilombola Negros de Gilu, located in the municipality of Itacuruba, in the State of Pernambuco. It presents relevant aspects on the theme, reports our life history, from ancestry to the movements of struggles. It aims to demonstrate the importance of the territory to the People, involving issues such as ancestry, history, culture, religiosity, identity affirmation and the essential role of education for our community. We are a traditional segment, called quilombolas, descendants of people who were enslaved and who have relations with ancestry and territory, having their own way of being and living. The greatest struggle of the quilombola community is for the acquisition of territory, which makes it possible to strengthen ties of brotherhood and collectivity, but we face several difficulties to conquer this right, because public policies are not implemented in their entirety, thus hampering the organization of communities Traditional / quilombolas. We seek to reflect on the territorial issue, covering the problems that the lack of territory causes in various spheres in the life of Gilus members, emphasizing that this problem occurs from the colonial period, with the implantation of the slave system, with thousands of Africans transplanted to the Brazil in a compulsory manner. Thus, our ancestors were always considered inferior and without rights, which only served for the slave labor. Even with the abolition of slavery in the late nineteenth century, the descendants of slaves continued to be marginalized, discriminated against and subjected to all kinds of racism to this day.

Keywords: Territoriality, Quilombo, Identity.

* Professoras Quilombolas da Comunidade Negros de Gilu, Itacuruba, Pernambuco. Especialistas em Educação Intercultural no Pensamento Decolonial. E-mails: cleyce.quilombola@hotmail.com , soneideprofessoraita@hotmail.com , soniaquilombola144@gmail.com.

** Professores Orientadores. Instituto Federal de Educação Sertão de Pernambuco. E-mails: clesiojonas@hotmail.com , edivania.granja@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No Brasil existem inúmeros segmentos de populações tradicionais, dentre eles as comunidades quilombolas, que são grupos étnicos que se autodefinem com relações de parentesco e de território, e que possuem suas especificidades, compartilham de uma história com base na ancestralidade negra, nas diversas formas de resistência e de manutenção de elementos culturais. As definições e os critérios de atribuições para reconhecimento de comunidades quilombolas são reconhecidas pelo Estado brasileiro, na Constituição e em diversos Decretos governamentais.

É salutar destacar que a colonização implantada na América portuguesa tinha como essencial o uso da mão de obra escrava, inicialmente predominou o uso compulsório de nativos, denominados pelos europeus de indígenas. A ampliação dos processos produtivos, principalmente da empresa açucareira para aumento de lucros e impostos para a Coroa portuguesa, incrementou-se um novo comércio transatlântico oriundo da África, no qual milhares de africanos foram transplantados de forma compulsória para a colônia brasileira. Mesmo na condição de violência que foram trazidos,

na condição de escravos e nas diversas sofridas de castigos, sujeição e proibições, os escravos africanos trouxeram seus hábitos, costumes, suas religiosidades, enfim suas culturas e através da transmissão oral resistiram a todos os tipos de sujeições, mantendo elementos fundamentais de suas culturas nas memórias de seus descendentes.

Uns dos símbolos de maior resistência ao sistema escravista foram as fugas e a formação de comunidades, denominados quilombos. Eram/são espaços (re)criados de coletividades, de trocas simbólicas, de religiosidades, de compartilhamento de processos produtivos e principalmente carregado de sentimentos com o Ambiente. Esses espaços eram/são designados Territórios.

Neste sentido, a nossa comunidade fez/faz parte do processo histórico desde o período colonial. A história da comunidade é marcada por um processo de “desterritorialização”, de migração ou de “fugas” que remonta ao século XIX até o estabelecimento em áreas periféricas da Antiga Itacuruba, provavelmente na primeira metade do século XX, sendo um espaço de compartilhamento de trocas culturais, econômicas e simbólicas entre todos os membros da Comunidade do Gilu, sendo nosso Território Sagrado

(BEZERRA, 2006). Mas, sofremos um novo processo de “desterritorialização” na década de 1980, com a construção da Barragem de Itaparica, processo extremamente traumático para nossa Comunidade, pois perdemos nosso Território, por isso que, a falta de um território próprio nos proporciona aspectos negativos, por que em decorrência deste fator somos uma comunidade quilombola residente na zona urbana, dificultando o acesso a políticas públicas específicas, onde a organização social da comunidade tem sido muito prejudicada, pois sofremos interferências externas do meio em que vivemos, causando transformações de atitudes e vivências.

As conquistas e garantias Constitucionais somente são reconhecidas as Comunidades Quilombolas com a Constituição de 1988, pois,

O longo processo de luta e reivindicação das comunidades quilombolas para maior participação na sociedade brasileira teve como um dos marcos a conquista de garantias de direitos através da Constituição de 1988, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que garante às comunidades quilombolas a propriedade definitiva das terras ocupadas, sendo o Estado responsável pela emissão da Titulação. Essa garantia constitucional fortaleceu os grupos negros para a identificação e o autorreconhecimento e foi reforçada pela Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Brasil é signatário, gerando assim maior articulação política e tendo como

consequência a implantação de políticas públicas destinadas ao atendimento e à melhoria de condições das populações afro-brasileiras. Segundo a referida Convenção, é necessário que esses sujeitos históricos existam no presente, ocupando um espaço, que por direito lhes pertence e em seu nome deverá ser titulada (OLIVEIRA et al, 2015).

Mesmo com as conquistas garantidas na Constituição de 1988 pelo reconhecimento dos Territórios Quilombolas, para nossa comunidade esse direito infelizmente ainda não foi assegurado. Por isso, nossa luta prioritária é pela garantia de nosso Território, mesmo que seja impossível o retorno ao nosso antigo Território, alagado pela Barragem de Itaparica. Mas, a conquista de um novo espaço é imprescindível para a (re)criação de nosso Território, elemento importante na perpetuação da comunidade como povo étnico e a autonomia em decisões de melhoria do nosso povo, dentro deste espaço que vai além da ocupação espacial, cria-se uma política de convívio coletiva de acordo com os seus modos de ser e viver.

É notável que nossa permanência na cidade tenha nos causados perdas importantes para o desenvolvimento de todos da família, por que entendemos que o convívio coletivo fortalece os laços sanguíneos, identifica como etnia e

enaltece o grupo, assim como seus saberes vivenciados no âmbito da comunidade, sendo que no território as famílias se organizam de maneira coletiva, lutando por objetivos comuns a todos. Por isso, é evidente que a aquisição de um território trará a possibilidade concreta de uma vida melhor em vários aspectos: seja no convívio coletivo, na realização das nossas atividades econômicas, no desenvolvimento de nossas atividades culturais e tradições ancestrais do grupo. São muitos os motivos que leva a comunidade quilombola Negros de Gilu reivindicar o território, pois o mesmo é um lugar sagrado, de vínculos de convivência familiar e de expectativas de futuro promissor para os seus membros.

Por isso é extremamente relevante este estudo envolvendo a nossa comunidade. Tivemos como objetivo o reconhecimento que a Terra não é apenas um espaço geográfico, mas espaço de sobrevivência, de processos produtivos, especialmente para alimentação do nosso povo, espaço sagrado para manutenção de nossas religiosidades, de práticas de sociabilidades através das vivências coletivas, nas práticas educativas e culturais para transmissão dos nossos saberes e fazeres ancestrais. Tentamos

demonstrar a importância da luta pelo Território como garantia de direito do nosso Povo, bem como para a afirmação da nossa identidade quilombola através do fortalecimento das nossas famílias, da preservação das nossas memórias e da nossa história.

Metodologia

Para atingir os objetivos elencados priorizamos análises sobre questões a respeito do tema Território e sua importância para comunidades quilombolas, inclusive destacando a nossa grande problemática que é a falta do nosso Território Quilombola. Portanto, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, principalmente em livros, artigos e monografias a fim de fazer reflexões pertinentes as problemáticas da nossa Comunidade Quilombola Negros do Gilu.

Resultados e Discussão

A falta de um território próprio nos proporciona aspectos negativos, pois em decorrência deste fator somos uma comunidade quilombola residente na zona urbana, dificultando o acesso a

políticas públicas específicas, onde a organização social da comunidade tem sido muito prejudicada, pois sofremos interferências externas, causando transformações de atitudes e vivências.

É evidente que no território trará a possibilidade concreta de uma vida melhor em vários aspectos: seja no convívio coletivo, na realização de atividades econômicas, no desenvolvimento atividades culturais e tradições ancestrais própria do grupo. São muitos os motivos que justificam a Comunidade Quilombola Negros de Gilu reivindicar o Território, pois o mesmo é um lugar sagrado, de vínculos de convivência familiar e de expectativas de futuro promissor para todos os membros.

O reassentamento caracterizado como quilombo para nós é elemento importante na perpetuação da comunidade como povo étnico e a autonomia em decisões de melhoria do nosso povo, dentro deste espaço que vai além da ocupação espacial, cria-se uma política de convívio coletiva de acordo com os seus modos de ser e viver.

É nesse pensamento que a comunidade quilombola Negros de Gilu vem lutando por seu território, com o intuito de preservar sua história que vem se perdendo ao longo do tempo, com a

fragmentação dos seus membros que tiveram que viver longe um do outro por falta de opção a sua sobrevivência e da sua família.

Mesmo com as conquistas garantidas na Constituição de 1988 pelo reconhecimento dos Territórios Quilombolas, para nossa comunidade esse direito, infelizmente ainda não foi assegurado. Por isso, nossa luta prioritária é pela garantia de nosso Território, mesmo que seja impossível o retorno ao nosso antigo Território, alagado pela Barragem de Itaparica. Mas, a conquista de um novo espaço é imprescindível para a (re)criação de nosso Território, elemento importante na perpetuação da comunidade como povo étnico e a autonomia em decisões de melhoria do nosso povo, dentro deste espaço que vai além da ocupação espacial, cria-se uma política de convívio coletiva de acordo com os seus modos de ser e viver.

Destacamos que a Comunidade Quilombola Negros do Gilu localiza-se no município de Itacuruba, considerado de pequeno porte no Estado de Pernambuco, faz parte do Semiárido brasileiro, compõem a Bacia do Rio São Francisco, na região denominada Sertão de Itaparica. É considerado um dos menores

municípios em dimensão territorial de Pernambuco, com 430,033 Km² e sua população total é estimada em 4.807 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2016. Distam aproximadamente quatrocentos e oitenta quilômetros da cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco. E segundo o Mapeamento Etnográfico das Comunidades Quilombolas do Sertão de Pernambuco, o referido município possuem três comunidades quilombolas, Poço dos Cavalos, Ingazeira e Negros do Gilu (PERNAMBUCO, 2008).

A história da Comunidade Quilombola Negros de Gilu vem de muitas lutas e resistências. Segundo os relatos dos mais velhos, a comunidade foi formada por descendentes do casal fundador Maria Rufina da Conceição e Antônio Izidoro em meados do século XX, ambos filhos de escravos oriundos da região dos Palmares, área denominada de Mata Grande, atualmente no Estado de Alagoas. Os dois casaram em 1874, mas por causa das perseguições fugiram para a fazenda Retiro no município de Floresta, onde o casal teve sete filhos, cujos nomes são: Maria Firmina, Ana Firmina, Josefa Maria, Marcelino Izidoro, Rufino Izidoro, Pedro Izidoro e Manoel Izidoro. Antônio Izidoro em busca de uma terra própria

realizava viagens pelo sertão, onde na cidade Curral dos Bois, hoje chamada de Glória-BA, conseguiu comprar uma pose de terra para a convivência de seus familiares, só que quando ia instalar sua esposa e filhos ele acabou sendo assassinado por questões da terra, junto com sua morte foi embora o sonho de conquistar a terra própria, passado algum tempo Maria Rufina faleceu. Em consequência do que ocorreu com os pais, os filhos venderam o lote em que residiam na fazenda Retiro e tomaram rumos diferentes, segundo os mais velhos da comunidade três dos irmãos tomaram destinos desconhecidos e quatro foram morar na cidade de Itacuruba velha.

Assim que chegaram a Itacuruba velha eram chamados de Izidoros, por causa da primeira geração da família, onde lá constituíram suas famílias e formaram a Rua de Baixo que também era chamada da Rua da Cebola, subúrbio do município, se instalaram na propriedade de um senhor da cidade, sem ter nenhum custo, porém tinham que obedecer às ordens impostas pelo patrão. O povo morava em casas de barro, sobreviviam do cultivo da terra, da pesca e da caça, tendo relação de convivência familiar no mesmo espaço e práticas da sua cultura. Salientamos que dos quatro

irmãos que foram morar em Itacuruba velha, apenas Maria Firmina e Pedro Izidoro tiveram filhos, Maria teve quinze filhos e Pedro teve cinco filhos.

Enfatizamos como um dos momentos de maior impacto para a nossa Comunidade foi em 1988 com a formação do Lago de Itaparica. O referido Lago é parte do projeto energético da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, construída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco Chesf. A cidade de Itacuruba foi inundada e foi construída uma Nova Itacuruba. A nossa comunidade sofreu severamente com a perda de seu espaço territorial, principalmente por a falta de terra fértil, com a desagregação dos laços familiares através da dispersão de muitas famílias para vários lugares do País, mas um grupo familiar permaneceu na Nova Itacuruba. Destacamos que 13 famílias foram morar na cidade de Jeremoabo, Bahia, mas depois de um período voltaram para a sua terra natal/ a nova Itacuruba, pois o lugar era totalmente diferente de onde nasceram e a forma de vida mais difícil, pois estavam longe de sua família, de sua história e seus costumes e do Rio São Francisco, com isso foi reunida uma parte do nosso grupo familiar, colaborando para o

fortalecimento da nossa cultura e a afirmação da nossa identidade. E, especialmente a deflagração do processo de mobilização para reivindicação do Movimento Quilombola entre nosso Povo. A partir de 2001 foi realizado um levantamento antropológico pela Fundação Cultural Palmares, que constatou que o grupo de remanescentes quilombolas não se restringia a treze famílias, e que existiam mais de 160 famílias, todos conhecidos como Negros de Gilu, sendo que este número cresce a cada ano.

Destacamos que os impactos sofridos pelos Negros do Gilu foram de diversas ordens. Pois, como os atuais indígenas Pankará do Serrote dos Campos, habitavam as margens do Rio São Francisco e viviam também de sistema de arrendamento ou de meação como muitos negros da nossa comunidade. Esses grupos étnicos vivam às margens do Rio São Francisco na Velha Itacuruba/PE. Com a construção da Hidrelétrica, atualmente denominada Luís Gonzaga e a criação do Lago de Itaparica causaram problemas socioambientais para o nosso Povo, como a destruição quase que total de diversas, como a atividade pesqueira, de extração de sal, de áreas férteis nas margens e ilhas

do rio devido alteração de correntes fluviais, mudanças e velocidade dos ventos. E, principalmente o processo de “desterritorialização”, a obrigatoriedade de deslocamento e reassentamento dos membros dos Negros do Gilu de forma traumática, sem considerar a nossa histórica, nossa cultura e nossa identidade. Já que, “a Hidrelétrica provocou fluxos migratórios e produziu uma nova organização política e cultural nos diversos projetos de reassentamentos, desagregando socialmente as famílias, espalhando-as em novos e diferentes contextos econômicos e sociais” (BEZERRA, 2006, p. 63).

Atualmente a comunidade é denominada como Negros de Gilu, por causa da forte predominância feminina na 2º e 3º geração do casal fundador, Maria Firmina da Conceição dentre seus quinze filhos teve Maria Anunciada da Conceição que era conhecida por Gilu, a mesma casou-se com um índio Tuxá, a qual tiveram 10 filhos, se tornando a maior prole do grupo em sua geração. Em 1957 Gilu ficou viúva e lutou para criar sozinha todos seus filhos, se destacando entre as mulheres do grupo dos Izidoros, pois em todos os lugares as pessoas da cidade sempre observava a família sempre junta, quando iam para a roça, para igreja, para

a feira, para o rio e para as festas da comunidade, o povo falava olha os Negros de Gilu, por isso foi se generalizando e foi escolhido como nome da comunidade.

Como já fora dito, a construção da usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga provocou vários impactos, tanto sociais como ambientais, foram destruídos grandes porções de terras, ocasionando o deslocamento das populações que residiam nas cidades inundadas para outras localidades, inclusive deixar o campo para viver na zona urbana. Inúmeras pessoas foram prejudicadas no seu modo de vida, tiveram que recomeçar e planejar projetos para o futuro.

Apontamos um dos fatores negativos, de extrema relevância foi a escolha do local de construção da Nova Itacuruba, pois a área escolhida possui solo bastante pedregoso, dificultando as práticas produtivas, já que a terra não é adequada para a agricultura, além da distância com o Rio São Francisco. Os habitantes da Antiga Itacuruba mantinham relações socioambientais com o Rio, incluindo como principal atividade econômica a agricultura. Já na Nova Itacuruba com a impossibilidade da agricultura ocasionou maiores dificuldades para a população, restando somente para sobrevivência atividades

comerciais, aposentadorias e maior dependência do governo federal através de benefícios, como a Bolsa Família.

Outra questão de destaque foi a falta de planejamento por parte da Chesf para o realojamento das famílias das cidades inundadas pela barragem, houve uma negociação para indenizá-las, firmando um acordo para pagamento de salário mínimo, uma casa e uma porção de terra, isto para quem era proprietário de terras. Salientamos que muitas das famílias da comunidade quilombola Negros de Gilu foram indenizadas, com o passar dos anos foram se adaptando a uma nova vida, distante das suas raízes e da vivência coletiva. Como já fora dito, algumas famílias da comunidade quilombola se ausentaram a procura de terras agricultáveis em outras cidades ou foram para as agrovilas. Atualmente, muitas das famílias de Negros de Gilu retornaram e passaram a residir na Nova Itacuruba.

Todo o processo descrito acima dos impactos causados pela Construção do Lago de Itaparica englobou a Comunidade Quilombola Negros de Gilu, que sofreu e ainda sofre com severos impactos negativos, pois a terra era o principal meio de sobrevivência do nosso povo, eram realizadas outras atividades

como a caça e a pesca, mas a agricultura era a fonte principal de renda. A agricultura na antiga cidade de Itacuruba era meio de sobrevivência de 90% da população, era um trabalho bastante rentável, pois a terra era muito fértil e ainda tinha o fator que as áreas de plantio eram rodeadas de rio, contribuindo para uma boa produção. Além destas atividades, antes da inundação da barragem de Itaparica os Gilus realizam a extração de sal em algumas propriedades e faziam sabão da terra para o consumo, mas de forma responsável para não prejudicar o meio ambiente, porém com a perda das áreas esta atividade de extrair o sal foi interrompida. Mas, até hoje alguns membros ainda produzem o sabão da terra/ sabão de soda.

A comunidade quilombola Negros do Gilu sofreu grandes perdas, a mais cruel foi a desterritorialização do grupo, provocando o êxodo rural e conseqüentemente o afastamento de muitos membros da comunidade, impactando nos laços de manutenção da identidade e no processo de luta pela garantia do Território. Pois, nossos saberes e fazeres sempre foram/são relacionados com o nosso Território, compreendidos como espaço físico e simbólico através de nossas práticas

cotidianas de sobrevivência, de trocas culturais, religiosas e de fortalecimento da nossa identidade. A ruptura a que fomos forçados a sofrer ocasionados por projetos planejados por governos, sem nenhum tipo de consulta a nossa comunidade quilombola, ocasionaram perdas irreparáveis, como bem já afirmou Haesbaert em estudos sobre projetos de desenvolvimento que geraram o afastamento forçados de comunidades de seus territórios. (HAESBAERT, 2000)

Reafirmamos que a mudança para a nova cidade de Itacuruba provocou perdas econômicas, sociais, culturais e sentimentais, principalmente para os Gilus que tiveram que deixar para trás o lugar onde cresceram e viveram, deixando suas raízes e memórias cobertas pelas águas. E ainda, a Chesf não deu uma atenção para o modo de vida das famílias Gilus, não foram reassentadas enquanto comunidade quilombola, levando em conta sua história e organização social, sendo este o motivo que impactou na dispersão das famílias para diversas localidades, fazendo com que a comunidade perdesse sua identidade, sua convivência familiar/coletiva.

A comunidade quilombola Negros de Gilu foi reconhecida e certificada no ano de 2002 pela Fundação Cultural

Palmares, atualmente está localizada em área urbana no município de Itacuruba, onde a maioria dos membros está situada no bairro Alto da Bela Vista próximo à sede da comunidade e os demais residem em outras cidades.

Os descendentes de quilombolas Negros de Gilu são representados através de uma Associação, inclusive a referida associação entrou com um processo na justiça há quinze anos requerendo um território na zona rural de Itacuruba/PE, com o objetivo do povo se organizar nesse espaço geográfico, onde possam reunir toda a família que se desmembraram devido ao processo de “desterritorialização” em decorrência da Construção da Barragem de Itaparica (BEZERRA, 2006).

Pois, desde quando a família Gilu vivia na Itacuruba velha que eles já vivenciavam seus saberes e fazeres através da prática de artesanato, de danças e músicas, do fabrico remédios com plantas do semiárido, possuíam historicidade, sociabilidades, religiosidades. Enfim, uma cultura específica. Mas, atualmente a comunidade quilombola tenta preservar a história e as raízes ancestrais do povo, passando de geração a geração os costumes e tradições, principalmente

para as crianças que são o futuro da comunidade. Como ainda não foi conquistado a território, estas atividades são realizadas na sede da Associação, como também as reuniões, assembleias, encontros e festas da comunidade.

Hoje a comunidade dá continuidade as suas culturas, tem as danças culturais que foram deixadas pelos nossos ancestrais, que são a Siá Naninha, o Coco, a Palma e o Toré, onde representam símbolo de resistência e afirmação da identidade étnica, são momentos de ensinamentos e de alegria. Temos o grupo de dança de adultos, jovens e crianças que apresentam a cultura nas festividades da comunidade e em eventos do município ou em outras cidades, como meio de valorizar a nossa tradição e mostrar nossa história. Os Gilus participam de reuniões, palestras, seminários e conferências em busca de garantir políticas públicas para melhorar o desenvolvimento da comunidade, tem representatividade nos conselhos municipais, estando informados sobre os recursos e programas em todas as áreas.

As famílias Gilus vivem da aposentadoria, de benefícios do governo federal, são funcionários públicos municipais e estaduais e poucos vivem da prática agricultura, em decorrência da

questão territorial. Vale destacar que atualmente a nossa comunidade tem a Educação como um elemento fundamental para a melhoria do grupo. Assim, muitos quilombolas têm conquistado formações em diversas modalidades e segmentos da Educação, isto é uma grande conquista para nosso povo, por que a maioria dos Gilus na antiga cidade de Itacuruba não pôde estudar, por que tinham que trabalhar para ajudar no sustento de casa.

A família Gilu viveu e ainda vive momentos de dificuldades, luta por o objetivo para conseguir o território, mas segundo informações não há terras devolutas suficientes para acomodar o número de famílias cadastradas pelo INCRA, que atualmente totalizam 246 famílias. No entanto surgiu a proposta de venda de um terreno, denominado Fazenda Boa Sorte que está em processo de negociação, sendo que o terreno está em processo de avaliação pelo INCRA. Foi feito um trabalho de avaliação, mas segundo os profissionais do INCRA tem que retornar ao terreno para calcular o valor da propriedade, enquanto aguardamos estes procedimentos e o processo se arrasta na justiça, a comunidade tenta se manter viva em todos seus aspectos.

Os Negros de Gilu é uma comunidade formada por guerreiros e guerreiras que reivindicam um pedaço de terra, onde vê a possibilidade de preservar a sua história, suas memórias e raízes ancestrais, podendo continuar suas atividades na agricultura, cultura e religião, pois acreditam que o território não é apenas uma questão de sobrevivência e sim local de convivência coletiva e religiosa.

Através da associação da comunidade, o povo se organiza em alguns grupos para desenvolver atividades para a geração de renda, como o grupo de corte e costura com a produção de roupas, a confecção de almofadas e chinelos customizados. Temos também bordadeiras que fazem pano de prato, lençóis, passadeira, toalhas e etc.

A comunidade quilombola Negros de Gilu tem forte ligação com os elementos da natureza, possuem crenças que foram transmitidas através da oralidade de pai para filho, sendo alguns herdados pelos indígenas que fizeram parte da família Gilu e que se mantêm vivas na memória do povo, mas sempre prezando o respeito com a natureza.

Considerações Finais

Em virtude do que foi observado nos textos estudados fica claro que a questão fundiária no Brasil é bastante complexa e difícil de ser resolvida, principalmente quando o território deve ser desapropriado. A obtenção requerida por quilombolas e indígenas tem sido ao longo período da história no Brasil, sinal de luta de um direito negado, pois poucas comunidades foram beneficiadas após processos abertos na justiça e com muita resistência nos espaços desejados, muitos momentos conflituosos, levando até a morte de alguns.

É visível o descaso em relação à questão territorial para as comunidades quilombolas e indígenas, processos se arrastam na justiça há anos, como o caso da comunidade quilombola Negros de Gilu, onde se pode observar que o órgão responsável em tratar desta questão não respeita decisões orientadas por órgão da justiça que também atuam neste trabalho. Mas a própria justiça se mostra muitas vezes omissa ao processo, não toma uma decisão que demonstre que tem autoridade de designar encaminhamentos que leve a avanços nas negociações entre as partes interessadas.

Podemos notar que a própria Constituição não determina leis

definitivas para a questão fundiária das comunidades quilombolas. Na realidade os quilombolas no Brasil vêm lutando incansavelmente para garantir este espaço, que significa para as comunidades algo sagrado onde a convivência no dia a dia é vivenciada de forma coletiva, onde a causa de um é de todos.

Porém temos nos detidos perante muitas dificuldades de um sistema de trabalho sucateado, que nada ajuda na resolução dos problemas. Em decorrência da dificuldade de acesso a questão territorial, as comunidades tradicionais ficam refém da própria sorte, sem um aparato legal, dificultando o modo de viver, de se organizar e desenvolver as atividades de convivência herdada pelos seus ancestrais.

Na verdade o que vivenciamos em pleno século XXI é o descaso das leis brasileiras que não explicita definitivamente os direitos destes segmentos, não só na área territorial, mas de outras políticas públicas que defendam perante a lei seus interesses.

Desde o casal fundador da comunidade que os Gilus sofrem com a desterritorialização, primeiro devido ao processo de escravidão e depois por causa da construção da Barragem de Itaparica, sendo que só restou ao povo o sentimento

de perda do seu território e a resistência herdada de muitos guerreiros quilombolas, tendo como objetivo a organização para conquistar tudo que foi perdido.

A falta de terra para os quilombolas é um fator que vem contribuindo para o enfraquecimento das comunidades tradicionais, pois o povo necessita do território para a obtenção de mais políticas públicas que sejam favoráveis ao quilombo, objetivando o desenvolvimento. Aos poucos os povos afrodescendentes foram ganhando espaço na sociedade, tentando quebrar paradigmas impostos por um padrão colonial que rege a sociedade do modo que lhe convêm, sem incluir a diversidade que existe no país, por isso os movimentos sociais erguem a bandeira da igualdade, da justiça e de direitos.

A comunidade quilombola Negros de Gilu, busca a cada dia a conquista do território, pois será a concretização de um grande sonho, sonho este esperado por muitos dos seus descendentes que foram massacrados pelos colonizadores, mas que representaram símbolos de resistência ao modelo opressor instaurado no país. O maior desejo do povo é ter seu território para não viver submetido aos mandados de um patrão e

neste espaço planejar melhor estratégias para o beneficiamento de toda comunidade, buscar a promoção de relações igualitárias, mostrando que o território é lugar de produção econômica, de desenvolvimento e de organização.

O caminho a ser percorrido ainda é muito longo e difícil, mas a comunidade quilombola Negros de Gilu não deve perder a fé e nem deixar de lutar por os seus direitos, principalmente pelo tão sonhado território.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. **O Quilombo “Negros Do Gilu” em Itacuruba: Emergência Etnicoquilombola e Territorialidade**. Recife: UFPE/PPG em Antropologia, 2006, 122p (Dissertação em Antropologia).

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA et all. **Território e Identidade em Comunidade Quilombola no Nordeste do Brasil**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez., 2015, p. 310-327. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/vo3no2/article/view/261/pdf>. Acessado em 16/01/2017.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. **Projeto Inclusão Social para Populações Quilombolas em Pernambuco: Mapeamento Etnográfico das Comunidades Quilombolas do Sertão de Pernambuco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Centro Cultural Luiz Freire e Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco, 2008.